

ESTADO DE SÃO PAULO

Ou vai ou racha

18 FEVEREIRO 1992

Findo o recesso de dois meses, interrompido por uma dispendiosa e inócuas convocação extraordinária, o Congresso reabriu seus trabalhos para dar curso a testes e desafios fundamentais, enfrentados pelo governo, pela própria instituição parlamentar e pelo próprio País, que atravessa momento difícil de sua História. O primeiro grande teste diz respeito à reforma ministerial e sua repercussão no entrosamento entre Executivo e Legislativo. Sob o ponto de vista administrativo e técnico, o governo testa sozinho as mudanças encetadas, que ensejam as melhores expectativas da sociedade, no caso das nomeações de dois ministros capacitados para gerir setores problemáticos da administração, a Previdência Social e a Saúde.

Mas são as mudanças na área de articulação política, destinadas a aumentar a base parlamentar do governo, que representarão o maior desafio ao entendimento Congresso-Planalto. Pode-se dizer, então, que a maneira como o novo secretário de governo, Jorge Bornhausen, os ministros da Ação Social, Ricardo Fiúza, e da Justiça, Jarbas Passarinho, conseguirão desenvolver um trabalho entrosado na conquista de adesões no Legislativo aos projetos do governo determinará o sucesso ou o malogro do segundo grande teste. Uma amostra das complicações a serem enfrentadas já pode ser dada com a posição do "bloquinho" formado pelos partidos "independentes" PTB, PDC, PDS e PL — será ele "situação" ou "oposição?" Em todo caso, resta saber se no fortalecimento parlamentar do governo prevalecerá a força do verbo (Passarinho) ou da verba (Fiúza).

O terceiro grande desafio se

refere ao destino do Projeto de Reconstrução Nacional, emperrado no Congresso por falta de apoio parlamentar. Contendo tópicos fundamentais para o desenvolvimento dos programas da administração federal, esse projeto demandará o esforço dos congressistas, acrescendo-se a outros que estão na pauta de votação desde 1991, entre os quais o da nova Lei de Imprensa, o da nova Lei Orgânica dos Partidos, o da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sem falar no substitutivo (do deputado Roberto Magalhães, PFL-PE) e outras propostas de emenda constitucional visando à antecipação do plebiscito sobre sistema de governo.

O quarto grande desafio é o do tempo: tudo isso terá que ser resolvido neste primeiro semestre, pois depois do meio do ano não haverá nenhuma probabilidade de obter-se quórum no plenário do Congresso Nacional — estimativas indicam que um terço dos 503 deputados federais disputarão eleições municipais.

Como as deliberações em pauta deverão repercutir profundamente na situação crítica que atravessa a sociedade brasileira, diga-se que entramos todos, governo, Congresso e Nação, na hora do *ou vai ou racha*.

